

## **IV Seminário Estadual de Educação Infantil de Pernambuco**

Delma Josefa da Silva  
Socióloga e Mestre em Educação

### **Qualidade na educação infantil: políticas públicas e práticas pedagógicas no combate à exclusão**

#### **“O ensino da história e da cultura afro-brasileira e dos povos indígenas e suas implicações para a educação infantil”**

##### **I. Contexto**

Do ponto de vista histórico, este debate está posto desde que o Brasil foi invadido, onde os indígenas foram explorados e os negros seqüestrados do continente africano e aqui escravizados. É fundamental termos consciência de que os processos de resistência e busca de alternativas por esses povos foi e continua sendo uma prática constante.

Isto posto, para iniciar a abordagem do nosso tema, será feito um recorte a partir do processo constituinte nos anos 80. Após a redemocratização, o Brasil instala um processo constituinte onde a sociedade civil poderia apresentar propostas. O movimento negro organizado nacionalmente, foca a problemática do racismo no país e a necessidade da sociedade tomar para si o enfrentamento do problema, pois o mesmo não diz respeito apenas ao negro, é constituinte da nossa identidade nacional. Neste contexto a questão dos quilombolas emerge. Um resultado desse processo é o Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais que diz: *“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”*

Por essa definição imaginava-se que os quilombos constituíam-se em não mais do que um punhado de comunidades e que era um “problema” de fácil resolução. Grande engano... como numa

expressão conhecida nossa: “*fogo de monturo*”... parece acabado, mas apenas na superfície, pois por baixo está fervendo. Portanto, a mobilização por pautar direitos para a população negra, na recente história da república tem também a década de 80 como uma referência.

Uma outra referência para entendermos como chegamos a Lei 10.639/03, foi a realização em 2001 na Cidade de Durban – África do Sul, da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, organizada pelas Organizações das Nações Unidas- ONU. Participaram da Conferência 179 países, dos cerca de 200 que existem no mundo.

A Conferência tem a função de chamar ao debate todas as Nações integrantes da ONU para o enfrentamento do problema e estabelecer compromissos e metas para supera-los. Resultou da Conferência o Plano de Ação de Durban, que visa exatamente isso: chamar a responsabilidade dos Estados Nação para o enfrentamento das desigualdades raciais com políticas de ações afirmativas e reparação.

É importante registrar que nesta conferência o Brasil, enquanto nação, assume a existência do racismo como um problema institucionalizado e isto é um dos fatores que põe por terra a idéia de democracia racial.

Iniciamos a década de 90 constituindo novos direitos e novas formas de estabelecer o controle social, os conselhos setoriais foram propostos no processo constituinte e efetivados na promulgação da Constituição Federal de 1988.

Iniciamos o novo milênio com algumas grandes novidades, pela primeira vez neste país, um operário, retirante nordestino filho da classe trabalhadora assume a maior representação política do país. É importante que se diga que a lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que trata da História e Cultura Afro-brasileira foi a primeira lei assinada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e foi precedida por leis municipais em diversos estados e todas elas são resultado de um longo processo de ativismo do Movimento Negro no Brasil.

Ao longo desses cinco anos, alguns municípios deram conseqüência a implementação da lei, dentre eles o Recife e Salvador a partir de uma

iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em parceria com o Dfid, órgão do governo britânico, implementando o projeto de combate ao racismo institucional.

Ainda há muito para ser feito, poucos municípios estão discutindo a implementação da lei e neste contexto onde ainda se está tateando, em que pese os cinco anos de promulgação da lei, deputada do PT por São Paulo, propôs um projeto de lei que altera a 10.639/03 incluindo a história e cultura indígena. Em 10 de março de 2003, o presidente Lula sancionou a lei 11.645/08 que desde então passa a vigorar substituindo a Lei 10.639/03.

### **Questão a ser refletida:**

No processo de implementação da Lei 10.639/03 existe uma intensa mobilização e protagonismo do movimento negro. A promulgação da Lei 11.645/08 parece vir de forma exteriorizada ao movimento indígena, que tem um marco legal para a educação formal, inclusive que assegura uma educação diferenciada. Os indígenas não estão lutando por inclusão em escolas de não índios, a luta é por uma escola na aldeia indígena, que contemple a especificidade de cada povo. Se não há um protagonismo dos indígenas nesta questão, a quem interessa essa inclusão? Quais os formadores dessa história e cultura indígena? Os historiadores, antropólogos, sociólogos?

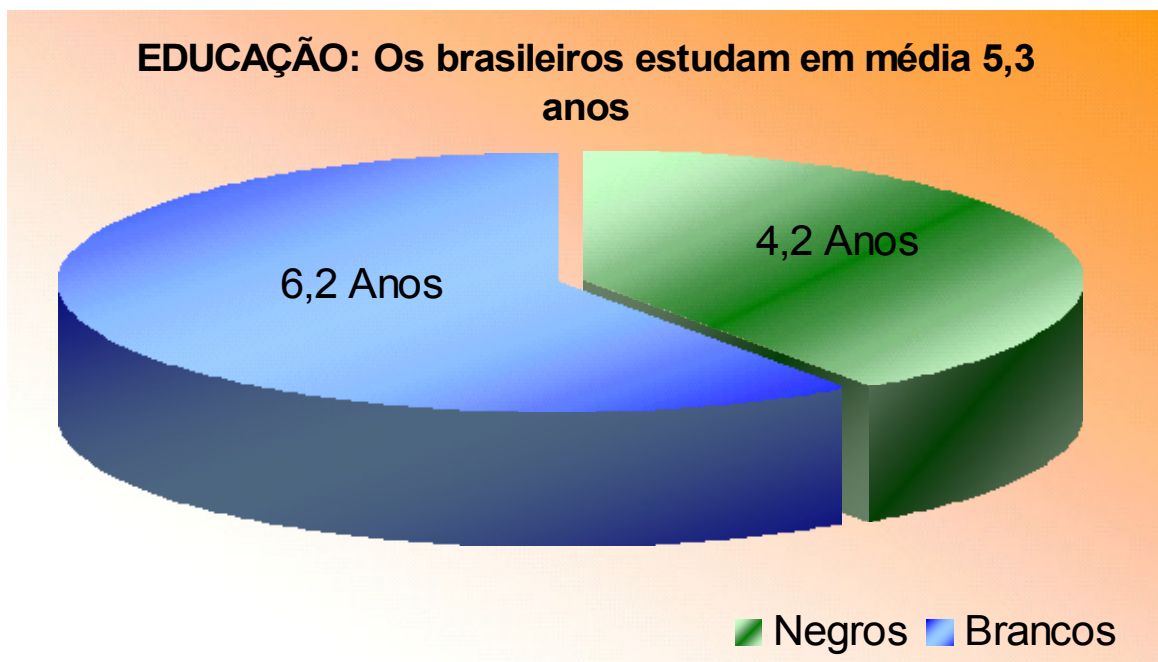
## **II. As oportunidades educacionais para negros e brancos**

Enquanto marco legal o Estado Brasileiro, na Constituição Federal em 1988 em seu Art. 5º Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos afirma que *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”* Isto não tem se efetivado na prática, pois no que se refere a educação as crianças negras ingressam tardiamente no sistema de ensino e freqüentam escolas de mais baixa qualidade.

Nos Capítulos referentes à Educação e Cultura, no Art. 206 que versa sobre os princípios da educação, destacamos o seguinte:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

No contexto brasileiro de extrema desigualdade, o acesso dos negros ao sistema formal de ensino, principalmente ao público, foi conquistado com muita luta, mas as condições de permanência e bom aproveitamento ainda se constituem num desafio, vejamos o gráfico:



Em que pese o fato de os brasileiros, dentre os povos da América Latina serem os que detêm o menor número de anos de estudo. Quando fazemos o recorte por raça, os brancos estudam mais do que a média nacional e os negros abaixo da média nacional como ilustra o gráfico acima.

### **III. Problemas enfrentados pelas) crianças negras em sua trajetória escolar**

#### **a. Acesso e permanência**

Dados do IBGE informam que os/as negros e negras ingressam mais tardiamente no sistema formal de ensino, e em sua maioria não tem oportunidade de acesso à educação infantil.

#### **b. Ausência de enfoque multicultural**

A escola brasileira ainda não assumiu plenamente a multiplicidade da diversidade cultural existente em nossa sociedade. Em sua maioria ainda adota um modelo de currículo com forte peso na história e cultura da Europa e pouco voltado para a história e cultura dos brasileiros negros e indígenas. Este é um dos fatores que contribui para a baixa auto-estima dos alunos/as negros/as.

#### **c. A produção do fracasso escolar**

A vida escolar da(o) estudante negra(o) é marcada por várias tentativas de permanecer na escola. Nos últimos trinta anos os indicadores educacionais não mudam, reproduzem os números que ilustram que os negros são os mais atingidos no quesito fracasso escolar. Algumas pesquisas aprofundaram os estudos sobre os indicadores e encontraram algumas explicações:

-A maioria dos alunos/as negras não freqüenta a educação infantil e ingressa tardiamente no sistema de ensino

-Baixa expectativa dos professores com os estudantes negros (no imaginário desse professor, a criança negra tem maior probabilidade de ser fadada ao fracasso escolar)

1. Em sua maioria a população negra tem acesso a escola de pior qualidade (difícil acesso, quadro de professores com pouca qualificação e dedicação)
2. A escola não se interessa pela vida da(o) estudante

#### **d. O silêncio da escola sobre a existência do racismo**

Ao longo de todo o século XX estudos têm sido produzidos e indicam que o racismo está presente na escola brasileira desde as séries iniciais. Estudos revelam que as práticas racistas existentes no interior da escola são minimizadas como “brincadeiras”. Alunos/as negros/as afetados pelo racismo muitas vezes não denunciam porque para ser aceito no grupo têm de suportar as subordinações. E entre uma coisa e outra não há “opção”.

#### **IV. Combate o racismo e fortalecer a identidade**

A prática do racismo é um problema complexo que se faz presente entre nós desde muito tempo, como um dia afirmou Nelson Mandela: *“não se nasce racista, aprende-se a ser racista”*, ou seja, o racismo é uma prática construída social e culturalmente e tem por definição a idéia de superioridade de um grupo, perante outro e a partir dessa idéia se oprime, explora e submete-se povos, gêneros, nações.

O racismo, prática ofensiva à constituição da identidade, não é debatido na escola, os professores não discutem a questão, mesmo quando presenciam agressões em sala de aula. A autoridade escolar não tem inspirado confiança para a denúncia da manifestação dessas práticas, a postura geralmente adotada tem frustrado as tentativas, pois transfere para a pessoa agredida a responsabilidade por sofrer a agressão. Ao ver a sua atitude ser colocada sob suspeita, o alunado geralmente silencia, pois o desrespeito sofrido é mais uma agressão que humilha e fere a integridade individual. A escola portanto não tem sido considerada como um espaço privilegiado para a ampla expressão do alunado negro, nem acessível para a denúncia das práticas racistas quando ocorrem.

Acredito que um dos caminhos que a escola pode assumir para combater o racismo é trabalhar para fortalecer a identidade étnico/racial das crianças, adolescentes, jovens e adultos que acreditam na função social dessa instituição e que ela pouco conhece pois está preocupada em “encher-lhe a cabeça” com conteúdos de história, geografia, português, ciências, matemática... isto tudo é importante, mas e o lugar e o tempo para se conhecer a vida dessas crianças, adolescentes, jovens e adultos? Onde moram, como vivem, com quem moram, do que gostam de fazer, quais os motivos para risos em comum e quais os momentos de tristezas acumulados??? Qual o lugar desse conteúdo de vida???

A identidade é multidimensional, pode ser abordada na perspectiva pessoal e social. *"identidade pessoal é aquilo que diferencia cada um de nós e só nos iguala a nós mesmos, mesmo que seja entendida num processo de transformação, é da ordem da representação e está localizada na consciência. A identidade social se relaciona aos referenciais coletivos de inserção a um grupo, os usos sociais das formas de reconhecimento, os processos culturais de construção de representações"* (SELAIBE e PENNA apud GOMES, 1995:43).

No que se refere a identidade o alunado tem se comportado de forma dualista, transita entre a afirmação e a negação. Afirma-se na sua herança ancestral, na relação de parentesco, mas tem uma tendência a negar-se nos hábitos culturais. Muitas crianças, adolescentes e jovens não assumem que freqüentam terreiros, por exemplo, negam que sofrem piadas que os destituem da condição humana quando são chamados de objetos ou de animais, e tudo isso sob o pretexto da “brincadeira” o novo nome para camuflar a prática racista.

A banalização do racismo requer, na perspectiva educativa, iniciativas que elucidem a sua origem, formas de produção e de superação. No ambiente escolar, o assunto racismo é ignorado. Os alunos falam da existência das práticas racistas, mas há uma determinante negação de serem delas alvo ou sujeito. Em sala de aula, não se fala no assunto e quando ele surge é identificado como o eufemismo de “brincadeira”. A reprodução da prática do racismo disfarçada de “brincadeira” necessita ser enfrentada, pois pode significar a adoção do racismo como uma forma deturpada de diversão. O divertimento é algo saudável, necessário e indispensável ao ser humano. Não há divertimento na

ofensa, na agressão, na humilhação, na subordinação que caracterizam as manifestações de racismo.

## **V. História e cultura afro-brasileira e a educação Quilombola**

Os quilombos no Brasil, existentes desde o século XVI, são uma demonstração de resistência sócio- política e cultural que a sociedade brasileira não quilombola está por conhecer em profundidade. A maioria das comunidades está situada em área rural de difícil acesso, muitas ainda sem energia elétrica e água tratada ou acesso à políticas públicas básicas como educação, saúde, transporte.

Habitar e cultivar a terra nos interiores de todas as regiões do Brasil foi uma das estratégias de sobrevivência dos povos quilombolas. Viver em territórios longe dos centros políticos administrativos, “capital”, “província”, de modo a dar continuidade à sua existência em todas as dimensões.

A educação quilombola é compreendida como um processo amplo - que inclui a família, a convivência com os outros, as relações de trabalho e com o sagrado e as vivências nas escolas, nos movimentos sociais e em outras organizações da comunidade. Assim, compreende-se a educação como um processo que faz parte da humanidade e está presente em toda e qualquer sociedade, e a escolarização é uma recorte do processo educativo mais amplo.

Na perspectiva da escolarização quilombola existe pouca informação oficial sobre as taxas de escolaridade, evasão e aproveitamento, ou seja, indicadores sobre a educação em comunidades quilombolas. O direito à educação dos quilombolas ainda é uma aspiração, as escolas (quando existem) funcionam em precárias condições e não têm uma proposta que leve em consideração o pertencimento étnico/racial e a cultura a partir do território.

A discussão sobre a lei é um suporte que auxilia a fundamentação legal para a construção da proposta específica de educação para as comunidades quilombolas.

Nesta perspectiva seria fundamental:

1. assegurar o acesso e permanência do aluno quilombola à escolas;
2. valorizar e fazer emergir a cultura das comunidades de forma que se construa na sociedade uma mudança de postura em termos de cultura e construção de equidade para os quilombolas.;
3. formular e implementar políticas públicas educacionais a partir dos interesses e das necessidades dos quilombolas, numa perspectiva de pelo menos se aproximar do que define o Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9394/96.

*Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.*

É essencial que se reconheça que a valorização étnica no âmbito educacional, proporciona o fortalecimento das comunidades enquanto sujeitos de seu desenvolvimento e de fato contemplaria a diversidade cultural existente no país.

Neste debate é imprescindível considerar que não se desenvolve educação multicultural dissociada das lutas implementadas pelos próprios sujeitos envolvidos e de seu fundamental papel na definição dos rumos que se proponha tomar no que se refere à educação e cultura dos quilombolas no Brasil, e isto significa *“tomar conhecimento, observar, analisar um jeito peculiar de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e lutar pela dignidade própria, bem como pela de todos os descendentes de africanos, mais ainda, de todos que a sociedade marginaliza. Significa também conhecer e compreender os trabalhos e criatividade dos africanos e de seus descendentes no Brasil, e de situar tais produções na construção da nação brasileira”* como bem ressalta Petronilha Silva.

Pensar a escolarização de quilombolas implica em relacionar a dimensão da identidade com outros temas inerentes ao modo de vida quilombola como: terra, história e memória e organização.

**Terra** – porque o território é o lugar onde floresce a vida, onde se compartilha a memória a partir da relação com os mais antigos, é o lugar da história de resistência. A relação com a terra é uma dimensão educativa que fortalece a identidade. É a partir das práticas estabelecidas no território que se constrói as referências de lideranças políticas, religiosas.

**História e memória** – porque conhecer a história dos quilombos e dos quilombolas é uma condição que não pode faltar na educação quilombola. Através da memória e da história contada pelos mais antigos que foram repassadas ao longo dos anos é que se conhece e se fortalece a cultura específica de cada comunidade e a luta comum, ou seja se fortalece as identidades.

**Organização** – porque ao se organizar, se desenvolve processos de fortalecimento para as lutas. A organização é um processo onde se arruma o momento presente e se define o projeto de futuro de forma participativa e coletiva, isto faz parte do modo de vida, da cultura quilombola. Neste processo se identifica também com quem se pode contar para o desenvolvimento do projeto de futuro das comunidades quilombolas possa avançar.

## **E, para finalizar...**

**Leitura do texto:**

### **O PROFESSOR**

Em um pequeno vilarejo vivia um velho professor, que de tão sábio, era sempre consultado pelas pessoas da região.

Uma manhã, um rapaz que fora seu aluno, vai até a casa desse sábio homem para conversar, desabafar e aconselhar-se.

*- Venho aqui, professor, porque sinto-me tão pouca coisa, que não tenho forças para fazer nada. Dizem-me que não sirvo para nada, que não faço nada bem, que sou*

*lerdo e muito idiota. Como posso melhorar? O que posso fazer para que me valorizem mais?*

O professor sem olhá-lo, disse:

*- Sinto muito meu jovem, mas não posso ajudar-te. Devo primeiro resolver meu próprio problema. Talvez depois.*

E fazendo uma pausa falou:

*- Se você ajudasse-me, eu poderia resolver este problema com mais rapidez e depois, talvez, possa ajudar-te.*

*- C... Claro, professor, gaguejou o jovem, mas sentiu-se outra vez desvalorizado e hesitou em ajudar seu antigo professor.*

O professor tirou um anel que usava no dedo pequeno, deu ao rapaz, e disse:

*- Monte no cavalo e vá até o mercado. Devo vender esse anel porque tenho que pagar uma dívida. É preciso que obtenhas pelo anel o máximo valor possível, mas não aceite menos que uma moeda de ouro. Vá e volte com a moeda o mais rápido possível.*

O jovem pegou o anel e partiu.

Mal chegou ao mercado, começou a oferecer o anel aos mercadores. Eles olhavam com algum interesse, até quando o jovem dizia o quanto pretendia pelo anel.

Quando o jovem mencionava uma moeda de ouro, alguns riam, outros saíam sem ao menos olhar para ele, mas só um velhinho foi amável a ponto de explicar que uma moeda de ouro era muito valiosa para comprar um anel.

Tentando ajudar o jovem, chegaram a oferecer uma moeda de prata e uma xícara de cobre, mas o jovem seguia as instruções de não aceitar menos que uma moeda de ouro e recusava as ofertas.

Depois de oferecer a jóia a todos que passaram pelo mercado, abatido pelo fracasso, montou no cavalo e voltou.

O jovem desejou ter uma moeda de ouro para que ele mesmo pudesse comprar o anel, livrando assim seu professor das preocupações. Dessa forma ele poderia receber a ajuda e conselhos que tanto precisava.

Entrou na casa e disse:

*- Professor, sinto muito, mas é impossível conseguir o que me pediu. Talvez pudesse conseguir 2 ou 3 moedas de prata, mas não acho que se possa enganar ninguém sobre o valor do anel.*

*- Importante o que disse, meu jovem... contestou sorridente. Devemos saber primeiro o valor do anel. Volte a montar no cavalo e vá até o joalheiro. Quem melhor para saber o valor exato do anel? Diga que quer vender o anel e pergunte quanto ele te dará por ele. Mas não importa o quanto ele te ofereça, não o venda... Volte aqui com meu anel.*

O jovem foi até o joalheiro e deu-lhe o anel para examinar. O joalheiro examinou o anel com uma lupa, pesou o mesmo, e disse:

*- Diga ao seu professor, que se ele quiser vender agora, não posso dar mais que 58 moedas de ouro pelo anel.*

*- 58 MOEDAS DE OURO!!! - exclamou o jovem.*

*- Sim, replicou o joalheiro. Eu sei que com tempo eu poderia oferecer cerca de 70 moedas, mas se a venda é urgente...*

O jovem correu emocionado à casa do professor para contar o que ocorreu.

*- Sente-se - disse o professor.*

Depois de ouvir tudo o que o jovem contou-lhe, falou:

- *Você é como este anel, uma jóia valiosa e única, e que só pode ser avaliada por um "expert". Pensava que qualquer um podia descobrir o seu verdadeiro valor?*

E, dizendo isto, voltou a colocar o anel no dedo.

- *Todos somos como esta jóia: valiosos e únicos, e andamos por todos os mercados da vida pretendendo que pessoas inexperientes nos valorizem. Você deve acreditar em si mesmo. Sempre!*

"Ninguém pode fazê-lo sentir-se inferior sem o seu consentimento."

## **Referências Bibliográficas**

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da USP.

GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto\_- o processo de construção da identidade racial de professoras negras*. Belo Horizonte : Mazza Edições, 1995.

SILVA, Delma Josefa da. *Afrodescendência e Educação: a concepção identitária do alunado*. Dissertação de Mestrado. UFPE. Recife-PE. 2000.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. *Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil*. Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 03 (63), p. 489-506, set-dez- 2007.